

# ABONG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ORGANIZAÇÕES  
NÃO GOVERNAMENTAIS

ABONG  
**PANORAMA DAS ASSOCIADAS**

A stylized white graphic in the bottom right corner depicts three human figures in a circle, rendered in a minimalist, flowing style. The figures are interconnected, with their arms and legs forming a continuous, circular shape. The background is a textured, yellowish-gold color.

São Paulo, março de 2010

# ABONG

## **PANORAMA DAS ASSOCIADAS**

por Taciana Gouveia e Marcelo Daniliauskas

*Taciana Gouveia, sócióloga, integra a coordenação colegiada do SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia e a diretoria executiva colegiada da ABONG.*

*Marcelo Daniliauskas, sociólogo, realizou trabalhos junto ao Escritório Executivo do Fórum Social Mundial, entre eles o de assistente de coordenação e foi assistente de relações internacionais da ABONG.*

# APRESENTAÇÃO

*O que verdadeiramente somos é aquilo que o impossível cria em nós.* – Clarice Lispector

*Apresentamos a vocês o Panorama das Organizações da Associação Brasileira de ONGs - ABONG. Esse material é resultado de uma pesquisa realizada pela ABONG sobre seu campo associativo, e permite alimentar em cada uma (um) o desafio de conhecer melhor parte de um universo bastante complexo, diverso, dinâmico e desigual.*

*Desafio, pois tratamos de formas de organização que não são estanques: nascem à luz da utopia e vivem, apesar das adversidades que esse modelo de desenvolvimento e que a dinâmica capitalista impingem. São organizações que florescem, antes de tudo, regadas por muitas mãos, por crenças na capacidade de transformação da realidade, por projetos de justiça e de igualdade social. São entidades que acreditam que sozinhas não farão verão, por isso dão as mãos a movimentos sociais e a todas/os aquelas/es que não se apequenam frente ao impossível.*

*A ABONG, fundada em 1991, aglutina organizações cuja diversidade só possui, talvez, um fio articulador em comum: a certeza de que o inconformismo nos move, de que a luta contra a reprodução de todas as formas de injustiça e de discriminação é nossa seiva.*

*Dentro dos resultados finais desse Panorama, você encontrará informações que não objetivam fornecer respostas para que se compreenda o que é ser não-governamental. Essa concepção não está pronta nem encerrada, faz parte da disputa em relação ao mundo que queremos.*

*Pretendemos, sim, abrir horizontes sobre as possibilidades de organização, sobre o direito de existir de diferentes formas e jeitos – demonstrando como a sociedade civil deve se organizar não apenas para se limitar “a fazer a sua parte”, mas para construir, coletiva e democraticamente, outras possibilidades de vida, em que seja assegurado, principalmente, o direito à felicidade, à vida e à libertação de todas as formas de opressão.*

*Inseridas no universo mais amplo e polêmico das fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil, o qual agregava em 2005 cerca de 338 mil entidades (FASFIL, IBGE/2005), as associadas da ABONG articulam-se coletivamente em uma associação, por reconhecerem a relevância de, na diversidade, constituir-se como sujeito político que faz história e possui identidade. Reconhecendo a importância de assegurar transparência e visibilidade ao seu campo, de fazer-se conhecer mais através de seu corpo associativo, publicamos sistematicamente o que denominamos de perfil das associadas.*

*Neste ano, optamos por denominar esse rico material que chega até você de Panorama. Esperamos, que, de fato, você se surpreenda e se apaixone por nossas lutas.*

*Boa leitura!*

DIRETORIA EXECUTIVA COLEGIADA DA ABONG

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz algumas mudanças em relação às publicações semelhantes que a ABONG vêm produzindo desde 1993, e que buscaram divulgar informações sobre o universo associativo. Tais publicações, conhecidas como Perfis, se caracterizavam por apresentar uma grande quantidade de dados sobre as ONGs associadas, bem como um catálogo com informações de cada uma delas.

Apesar de basearmos nossas análises em dados colhidos por meio de uma pesquisa muito semelhante àquelas dos “perfis”, optamos por trabalhar com um formato diferente, organizando as informações em dois blocos temáticos. O primeiro analisa as lutas das associadas, enquanto o segundo trabalha a dimensão da sustentabilidade político-financeira. Excluímos a seção catálogo e anexamos apenas as tabelas a que nos referimos no texto. O conjunto de todas as tabelas produzidas a partir da pesquisa, assim como as informações que integravam o catálogo, serão disponibilizadas no site da ABONG.

Esta mudança, ainda que dê continuidade ao objetivo de divulgar informações sobre as associadas à ABONG, se deu em função de uma escolha político-metodológica que pode ser sintetizada na troca da palavra “perfil” por “panorama”.

Uma das acepções para a palavra perfil é “linha de contorno de qualquer coisa apreendida numa visão de conjunto” (Dicionário Houaiss). Já panorama pode ser entendido como “um amplo quadro circular que permite ao espectador, colocado em um ponto central, observar, como se estivesse no alto, objetos representados” (Dicionário Houaiss). Tanto perfil como panorama nos remetem, em certa medida, à arte e à estética. São palavras que nos falam de um modo de expressar e do olhar que capta essa expressão, representação. Com isto, não estamos querendo dizer que as análises que aqui fazemos são algo da ordem da arte ou da estética, mas sim ressaltar a dimensão de representação contida em todo texto, já que o que se expressa não é a experiência, mas um recorte dela, um dizer sobre ela, e evidentemente, uma proposta de determinado olhar, uma possibilidade de posicionar o sujeito leitor/a.

Em uma análise sobre estética e política, Jacques Rancière<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Rancière, Jacques – *A Partilha do Sensível. Estética e Política*, Editora 34, São Paulo, 2ª edição, 2009.

afirma que na política há uma base estética que se define “como o sistema das formas a priori do que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define, ao mesmo tempo, o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”.

Assim, ao construirmos nossas análises como um panorama e não um perfil estamos partindo do princípio de que o momento político que vivemos, como organizações de defesa de direitos e movimentos sociais, requer de nós mais que um traçar de contornos, requer uma posição que nos permita olhar e refletir, não do lugar de cada uma, mas de um lugar onde possamos perceber e entender o todo, sendo tanto espectadoras/es quanto criadoras/es da experiência vivida.

Um panorama nos pede, portanto, um deslocamento constante entre as duas posições possíveis, dado que a pura imersão na experiência não nos fornece a distância necessária para entender “as propriedades do espaço e os possíveis do tempo”. Enquanto que apenas o observar não nos dá a “competência para ver e a qualidade para dizer”.

Em decorrência disso, nossa proposta neste Panorama é que sua leitura propicie o surgimento de novas questões, de pontos a partir dos quais outros olhares possam se estabelecer, outras palavras possam ser ditas, novas perspectivas encontradas.

Pensamos ainda que as análises aqui contidas podem contribuir para que a ABONG, na sua posição de sujeito político, se fortaleça, sendo ponto de encontro das lutas e questões de suas associadas, reflexo de suas ações e impulsionadora de novas lutas e ações.

Para construir esse Panorama partimos de uma amostra de 189 associadas (70% do universo associativo) que responderam durante o ano de 2009 a um questionário online. A elas agradecemos o interesse e o compromisso.

Utilizamos o Coeficiente de Pearson para efetuar as correlações que aqui apresentamos. Este coeficiente mede o grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas.

Por fim, essa publicação não seria possível sem o trabalho, a

solidariedade e o compromisso das pessoas que fazem o escritório da ABONG – em especial Helda Oliveira Abumanssur, Isabel Pato e Isabel Junqueira – de Verônica Ferreira (SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia), Romano Venturini e de Tadzio Saraiva (Amatraca). A elas e eles, o nosso agradecimento.

## I. LUTAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS

Neste capítulo apresentaremos inicialmente os dados que dizem respeito às lutas políticas<sup>1</sup> das associadas à ABONG, os sujeitos para quem se dirigem as ações, as perspectivas de seus trabalhos, assim como os principais tipos de intervenção.

Na sequência, abordaremos os resultados das associadas em relação à sua participação em articulações com outras redes e movimentos, bem como em conselhos de políticas públicas.

Com relação ao conjunto dos primeiros dados acima mencionados, esclarecemos que algumas questões são de múltipla escolha e pudemos notar que nas opções “outras respostas” presentes no questionário, no geral não foram apontadas novidades, mas sim uma correlação entre as alternativas oferecidas. Logo, nos pareceu interessante trabalhar nossas análises a partir das seguintes indagações: as associadas trabalham com um tema específico ou com um grupo de temas/lutas? Os sujeitos para quem se destinam as ações são específicos ou eles se combinam e articulam? Qual a correlação entre as lutas políticas, o tipo de público e a perspectiva do trabalho realizado?

A ideia de cruzar esses dados qualitativos e apresentá-los extensivamente tem por objetivo nos dar um panorama das lutas políticas e da ação das associadas à ABONG, oferecer um mapa para que as organizações possam refletir e orientar seus trabalhos e articulações e também para que possam levantar novas questões a partir desses dados. Não nos propomos a analisar todas as correlações possíveis, mas aprofundar o entendimento das respostas dadas. Para além da descrição dos resultados, traçaremos algumas inferências sobre tais correlações.<sup>2</sup>

No que diz respeito às respostas das associadas à ABONG sobre os principais *temas políticos* que são trabalhados, foram apresentados os seguintes resultados por ordem de importância: a educação (48,9%), organização popular / participação popular (33,8%), relações de gênero (27,1%), justiça e promoção de direitos (23,3%), meio-ambiente (21,8%), fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares (20,3%), saúde (20,3%), trabalho e renda (18%), agricul-

---

<sup>1</sup> Neste Panorama usamos o termo lutas políticas para nos referir às áreas temáticas. As/os beneficiárias/os são aqui nomeados de sujeitos para quem se destinam as ações.

<sup>2</sup> Quando um sujeito ou luta não constar nos quadros de correlações é porque não apresentam correlações significativas.

tura (15%), economia solidária (12,8%), arte e cultura (11,3%), questões agrárias (8,3%), DST/AIDS (6,8%), orçamento público (6,8%), segurança alimentar (6%), assistência social (6%), questões urbanas (6%), segurança pública (4,5%), discriminação racial (3,8%), discriminação sexual (3,8%), relações de consumo (3,8%), comunicação (3,8%), esporte (0,8%) e comércio (VER TABELA 01).

### CORRELAÇÃO ENTRE OS TEMAS

|   |   |
|---|---|
| Educação                                    | <i>organização popular / participação popular, discriminação racial, arte e cultura</i>   |
| Saúde                                       | <i>relações de gênero, arte e cultura, fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares, DST/AIDS, discriminação sexual e esporte</i>   |
| Questões agrárias                           | <i>meio-ambiente, discriminação racial, questões urbanas, segurança pública, fortalecimento de outras ONGs e movimentos populares</i>   |
| Agricultura                                 | <i>meio-ambiente, economia solidária, trabalho e renda, relações de consumo e segurança alimentar</i>   |
| Meio-ambiente                               | <i>questões agrárias, agricultura, organização popular / participação popular, relações de consumo e segurança alimentar</i>  |
| Economia solidária                          | <i>agricultura, relações de gênero e comércio</i>   |
| Organização popular / participação política | <i>educação, meio-ambiente, relações de gênero e questões urbanas</i>   |
| Discriminação racial                        | <i>educação, questões agrárias e discriminação sexual</i>   |
| Relações de gênero                          | <i>saúde, economia solidária, organização popular / participação popular, justiça e promoção de direitos, fortalecimento de ONGs / movimentos populares, segurança alimentar e discriminação sexual</i> |
| Arte e cultura                              | <i>educação e saúde</i>   |
| Trabalho e renda                            | <i>agricultura, questões urbanas e esporte</i>  |
| Questões urbanas                            | <i>questões agrárias, organização popular / participação popular e trabalho e renda</i>   |
| Segurança pública                           | <i>questões agrárias e justiça e promoção de direitos</i>   |
| Orçamento público                           | <i>assistência social</i>   |
| Justiça e promoção de direitos              | <i>agricultura, segurança pública e relações de gênero</i>  |

|  |   |
|--|---|
| Fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares | <i>saúde, questões agrárias e relações de gênero</i>                        |
| Assistência social                                   | <i>orçamento público</i>  |
| DST/AIDS   | <i>saúde</i>  |
| Relações de consumo                                  | <i>agricultura, meio-ambiente e segurança alimentar</i>                     |
| Comércio   | <i>economia solidária</i>   |
| Segurança alimentar                                  | <i>agricultura, meio-ambiente, relações de gênero e relações de consumo</i> |
| Discriminação sexual                                 | <i>saúde, discriminação racial e relações de gênero</i>                     |
| Esporte  | <i>saúde e trabalho e renda</i>   |

Em relação aos sujeitos a quem essas lutas e ações se destinam, obtivemos como respostas: organizações populares / movimentos sociais com 54,8%, mulheres (36,3%), crianças e adolescentes (32,9%), jovens<sup>3</sup> (28,8%), trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais (21,9%), população em geral (21,2%), professoras/es (13,7%), outras ONGs (11%), comunidades tradicionais (6,8%), estudantes (4,8%), negras/os (4,8%), povos indígenas (4,1%), gays/lésbicas/transsexuais/travestis (3,4%), portadoras/es de HIV (2,7%), moradoras/es de áreas de ocupação (2,1%), portadoras/es de necessidades especiais (2,1%), trabalhadoras/es urbanos / sindicatos urbanos (1,4%), população carcerária (1,4%) e terceira idade (0,7%) (VER TABELA 03).

### CORRELAÇÃO ENTRE OS PÚBLICOS

|   |   |
|---|---|
| Crianças e adolescentes                     | <i>jovens</i>   |
| Organizações populares / movimentos sociais | <i>trabalhadores/as rurais / sindicatos rurais</i>            |
| Trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais | <i>organizações populares / movimentos sociais e mulheres</i> |
| Professoras/es                              | <i>negras/os e estudantes</i>                                 |
| Mulheres                                    | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais</i>            |
| Negras/os                                   | <i>professoras/es, estudantes e portadoras/es de HIV</i>      |

<sup>3</sup> Nas pesquisas anteriores não havia a categoria “jovens”.

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Estudantes                           | <i>professoras/es, negras/os e portadoras/es de HIV</i>             |
| Povos indígenas                      | <i>comunidades tradicionais</i>                                     |
| Portadoras/es de HIV                 | <i>negras/os, estudantes e gays/lésbicas/transsexuais/travestis</i> |
| Gays/lésbicas/transsexuais/travestis | <i>portadoras/es de HIV</i>   |
| População em geral                   | <i>população carcerária</i>   |
| Jovens                               | <i>crianças e adolescentes</i>                                      |
| Comunidades tradicionais             | <i>povos indígenas</i>  |
| População carcerária                 | <i>população em geral</i>   |

No que diz respeito às *perspectivas das lutas e trabalhos* realizados, os dados obtidos foram: desenvolver a consciência crítica / cidadania (82%), transformar ações em políticas públicas (57%), fortalecer as entidades e coletivos organizados (53,1%) e solucionar problemas imediatos (9,4%) (VER TABELA 02).

Com relação ao *tipo de intervenção* encontramos as seguintes respostas: articulação política / advocacy (71,1%), capacitação técnica / política (61,2%), assessoria (55,4%), pesquisa (24,8%) e prestação de serviços (23,1%) (VER TABELA 04).

#### CORRELAÇÃO ENTRE OS TEMAS E PÚBLICOS

|  |  |
|--|--|
| Educação                                   | <i>crianças e adolescentes, jovens e professoras/es</i>  |
| Saúde                                      | <i>crianças e adolescentes, trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais, portadoras/es de HIV, gays/lésbicas/transsexuais e travestis e população em geral</i> |
| Questões agrárias                          | <i>crianças e adolescentes, trabalhadoras/es urbanas/os e moradoras/es de áreas ocupadas</i>   |
| Agricultura                                | <i>trabalhadoras/es rurais</i>   |
| Meio-ambiente                              | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais, negras/os, estudantes e povos indígenas</i>  |
| Economia solidária                         | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e mulheres</i>  |
| Organização popular / participação popular | <i>organizações populares / movimentos sociais, trabalhadoras/es rurais e jovens</i>   |
| Discriminação racial                       | <i>trabalhadoras/es urbanas/os / sindicatos urbanos, povos indígenas, comunidades tradicionais e moradoras/es de áreas ocupadas</i>                            |

|  |   |
|--|---|
| Relações de gênero                                   | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais, mulheres e gays/lésbicas/transsexuais e travestis</i>                                 |
| Arte e cultura                                       | <i>crianças e adolescentes, professoras/es, negras/os, estudantes, terceira idade e jovens</i>  |
| Comunicação  | <i>jovens</i>   |
| Questões urbanas                                     | <i>organizações populares / movimentos sociais, trabalhadoras/es urbanas/os e sindicatos urbanos e moradoras/es de áreas ocupadas</i> |
| Segurança pública                                    | <i>população carcerária</i>   |
| Orçamento público                                    | <i>moradoras/es de áreas ocupadas</i>   |
| Justiça e promoção de direitos                       | <i>mulheres, portadoras/es de necessidades especiais e terceira idade</i>   |
| Fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares | <i>organizações populares / movimentos sociais e outras ONGs</i>  |
| Assistência social                                   | <i>crianças e adolescentes</i>  |
| DST/AIDS   | <i>crianças e adolescentes, portadoras/es de HIV e gays/lésbicas/transsexuais/travestis</i>   |
| Relações de consumo                                  | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais</i>  |
| Comércio   | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e outras ONGs</i>  |
| Segurança alimentar                                  | <i>trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e portadoras/es de deficiência</i>   |
| Discriminação sexual                                 | <i>povos indígenas, portadoras/es de HIV e gays/lésbicas/transsexuais/travestis</i>   |

#### CORRELAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS E TEMAS

|   |   |
|---|---|
| Solucionar problemas imediatos                  | <i>agricultura, meio-ambiente, segurança pública, relações de consumo, segurança alimentar e esporte</i>  |
| Transformar essas ações em políticas públicas   | <i>agricultura, meio-ambiente, economia solidária, relações de gênero, trabalho e renda, justiça e promoção de direitos e assistência social</i>  |
| Fortalecer as entidades e coletivos organizados | <i>educação, questões agrárias, agricultura, meio-ambiente, economia solidária, organização popular / participação popular, relações de gênero e fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares</i> |

---

Desenvolver a consciência crítica / cidadania

*educação, agricultura, meio-ambiente, economia solidária, organização popular / participação popular, relações de gênero, arte e cultura, trabalho e renda, comunicação, justiça e promoção de direitos, fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares e segurança alimentar*

---

Aprofundando as primeiras respostas sobre as lutas políticas realizadas pelas associadas à ABONG, constatamos que a *educação* teve um grande destaque, pois foi assinalada por praticamente metade das organizações (48,9%). Quando relacionamos essa luta à principal perspectiva de trabalho - desenvolvimento da consciência crítica e da cidadania - e somando-se a isso os temas com os quais a educação se correlaciona - organização popular / participação popular, discriminação racial e arte e cultura – o fato de a educação ser uma prioridade não pode ser entendido como uma luta somente pela educação formal e pelas políticas educacionais, dado que transformar as lutas em políticas públicas no geral obteve 57% das respostas. Ou seja, há também um forte componente de educação informal e/ou popular, assim como de conscientização, participação política, combate à discriminação e expressões artísticas e culturais.

A segunda luta eleita foi *organização e participação popular*. Podemos inferir que além da educação para conscientização e cidadania, há uma necessidade de organização das/dos cidadãs/ãos para a atuação política e que se relaciona sobretudo com os seguintes públicos: organizações populares / movimentos sociais, trabalhadoras/es rurais / sindicatos rurais e jovens.

*Relações de gênero*<sup>4</sup> ocupa o terceiro lugar dentre as lutas prioritárias. Cabe ressaltar que diferentemente do Perfil anterior (ABONG, 2006), nesta edição do Panorama das Associadas ABONG, este tema e o da discriminação sexual foram desmembrados. Mesmo com essa modificação, relações de gênero acaba por ganhar duas posições em relação à pesquisa anterior. Esse tema também obteve um pequeno aumento percentual: em 2006 era 26,24% e atualmente foi eleita por 27,1% das associadas. Podemos dizer também que essa é uma luta bastante transversal e que se correlaciona com um maior número de outras lutas.

---

<sup>4</sup> Aqui entendida como defesa dos direitos das mulheres.

No caminho inverso ao do aumento das associadas que afirmam trabalhar com questões de gênero, *discriminação sexual* apresenta somente 3,8%. Apesar do desmembramento em duas alternativas de lutas na presente pesquisa, existe uma correlação entre relações de gênero e luta contra a discriminação sexual, assim como também em relação ao público de gays, lésbicas, transexuais e travestis. Ou seja, as informações obtidas nesta pesquisa nos levam a inferir que trabalhar com as questões de gênero não é condição suficiente para lutar contra a discriminação sexual. Por sua vez, esta temática entre as associadas ABONG ainda é trabalhada por meio das organizações que atuam na área de HIV/AIDS. Vale ressaltar que existem poucas organizações voltadas diretamente a gays/lésbicas/transexuais e travestis no campo ABONG.

A quarta posição dentre as lutas é *justiça e promoção de direitos*, seguida de *meio-ambiente, fortalecimento de outras ONGs / movimentos populares, saúde, trabalho e renda, agricultura, economia solidária, arte e cultura*. Neste bloco encontramos as opções que ultrapassaram 10% de respostas válidas.

*Meio-ambiente* é a quinta luta mais citada e apresenta um incremento em relação à pesquisa anterior. Este tema, assim como as questões de gênero, apresenta um alto grau de transversalidade com outras bandeiras políticas. Podemos inferir que essa luta vem sendo incorporada por associadas para além daquelas do campo ambiental, dado o agravamento das condições ambientais nos últimos anos. Não é à toa que este é um dos temas que apresenta correlação com a perspectiva de trabalho relacionada à solução de problemas imediatos.

A sexta luta política prioritária é *saúde*, um tema que se relaciona com uma diversidade de outras bandeiras, assim como com uma pluralidade de públicos. Também apresenta um incremento em relação ao perfil anterior, em 2006 ocupava a sétima posição.

A próxima bandeira política apresentada é *trabalho e renda*. Vale ressaltar que na pesquisa do Panorama das Associadas ABONG foi incorporada a opção economia solidária, que não existia nos perfis anteriores. É possível que tenha havido uma distribuição do resultado anterior entre essas duas lutas, que ocupam inclusive posições próximas.

*Agricultura* também é uma luta que se correlaciona com uma

série de outras temáticas, e apresenta um incremento desde a pesquisa anterior.

Fechando o bloco de lutas que perfizeram mais de 10% das respostas, encontramos *arte e cultura* que apresentou uma queda de duas posições.

Com menos de 10% de respostas das associadas encontramos as seguintes lutas: *questões agrárias, DST/Aids, orçamento público, segurança alimentar, assistência social, questões urbanas, segurança pública, discriminação racial, discriminação sexual, relações de consumo, comunicação e finalmente esporte e comércio.*

É interessante observar que as associadas não são unitemáticas, articulando em suas ações várias lutas. Por outro lado, há uma delimitação dos sujeitos para quem as ações são dirigidas. Ou seja, as lutas são trabalhadas conjuntamente e dirigidas a sujeitos mais focalizados.

No que se refere à *participação em conselhos de políticas públicas*, 36,5% das Associadas à ABONG afirmam fazer parte de algum conselho, sendo: 13,8% no nível municipal, 16,4% no estadual e 5,3% no federal. E ainda 29,6% afirmam ter participação tanto em alguma conferência nacional, como em sua mobilização.

No que diz respeito à *participação em redes, fóruns e plataformas da sociedade civil organizada*, entre as associadas que responderam a esta questão 46,6% dizem fazer parte de algum desses espaços, e divididos nos seguintes âmbitos: 4,8% municipal, 11,6% estadual, 18% federal e 6,9% internacional.

Além das formas de participação e controle social acima mencionadas, destacamos a intervenção das associadas por meio de articulação política / advocacy.

Resgatando alguns dados por nós já analisados, é interessante notar a forte articulação e proximidade como prioridade das ações das associadas entre o que poderíamos chamar de lutas difusas, como são os casos de justiça e promoção de direitos, organização e participação popular e fortalecimento de outras ONGs. A isto se soma o fato de que os principais sujeitos para quem as ações são direcionadas são as organizações populares / movimentos sociais. Ou seja, as associadas à ABONG efetivamente se caracterizam como organizações de defesa de direitos.

Não podemos esquecer também que dentre as perspectivas

de trabalho, mais da metade das associadas apontou para a importância de transformar ações em políticas públicas, assim como fortalecer as entidades e coletivos organizados. Em contraponto a este quadro apresentado, a perspectiva de lutar para solucionar problemas imediatos foi respondida por apenas 9,4% das organizações. Dessa forma, podemos inferir que além da educação como instrumento de formação política, são necessárias estruturas institucionais que garantam e viabilizem as lutas por direitos a longo prazo. Este é o tema que trataremos no próximo capítulo.

## II. SUSTENTABILIDADE

Desde os anos de 1990, circula no discurso das ONGs e movimentos sociais o termo sustentabilidade. Este, apesar de ser derivado das discussões ambientais, assume aqui outra conotação: quais as condições/estruturas necessárias para que a luta por defesa de direitos consiga se perpetuar de forma sustentável em meio às mudanças nas conjunturas política, social e econômica? A questão central é: como se manter ao longo do tempo, garantindo a continuidade dessas lutas, que têm uma atuação por meio de ações imediatas, mas também coexistem com planos e projetos de longo prazo?

Em alguns discursos, sustentabilidade refere-se quase que exclusivamente a questões materiais. No caso da ABONG e suas associadas, sustentabilidade é também pensar em termos político-financeiros, o que significa refletir não só sobre o que necessitamos, como qual o sentido de nossa existência.

Apesar de partilharmos desta concepção, optamos por trabalhar neste Panorama sobretudo com os temas de ordem estrutural, tendo como premissa a ideia de que toda e qualquer estrutura é resultante e resultado de decisões e contingências políticas várias, funcionando tanto como constrangimentos, quanto como possibilidades para o fazer político. Além disso, consideramos que é fundamental construir análises políticas das nossas condições materiais de existência, o que é distinto, mas também complementar às análises que articulam a ação política com as questões materiais.

Não temos a pretensão de dar respostas, nem mesmo de apresentar todos os elementos que compõem esse processo bastante complexo - que é o impacto da atual conjuntura e suas repercussões para a sustentabilidade político-financeira - apenas com as informações contidas nesta pesquisa. Sabemos que este processo é fruto de uma série de dinâmicas que se alteram com muita rapidez, impedindo que informações referentes a um determinado tempo (no caso desse *Panorama*, as informações vão até 2008) possam ser tomadas de modo fixo, sem levar em consideração as mudanças processadas no último ano. Desse modo, as análises aqui realizadas têm o sentido de inferências, tendências e também o de levantar novas questões a partir de outras possibilidades - com certeza mais coletivas -, de entender e atuar nesse processo.

Antes de focarmos nossas análises na questão da sustentabilidade propriamente dita, apresentaremos um conjunto de infor-

mações sobre as condições estruturais e a localização das ONGs associadas à ABONG.

A grande maioria das associadas da ABONG foram fundadas nos últimos 28 anos, com um pequeno destaque para o período que vai de 1981 a 1990, que representa 38,6% da amostra, enquanto aquelas fundadas entre 1991 e 2000 representam 36%. É interessante observar que 4,2% das associadas à ABONG foram criadas depois de 2001, o que pode nos indicar que, ainda que pese a importância das organizações chamadas históricas, a ABONG atrai também organizações fundadas mais recentemente e que, em geral, têm um perfil diverso das demais, trazendo a marca das condições políticas, econômicas e sociais dos anos 1980 e 1990.

No que diz respeito à distribuição das associadas por região, esta é semelhante à distribuição das ONGs no território brasileiro, ou seja, cerca de 80% delas estão no Sudeste (40,2%) e Nordeste brasileiro (39,2%). Não houve alterações significativas nas respostas da pesquisa de 2004 para esta de 2008, as variações encontradas podem ser atribuídas à composição das duas amostras. Assim sendo, 9% das associadas que responderam à pesquisa atual situam-se na região Sul, 6,9% na região Norte e 4,2% na região Centro-oeste.

Quase metade das organizações que responderam a esta pesquisa possuem sede própria - 48,7%. Procuramos verificar se havia alguma relação direta entre o fato de a organização possuir sede e seu orçamento, e não encontramos nenhuma correspondência relevante.

Uma imagem bastante comum é a de que as organizações não governamentais brasileiras empregam um contingente alto de trabalhadoras/es, contudo os dados da pesquisa demonstram que 71,5% das associadas que responderam a pergunta sobre o número de trabalhadoras/es empregam até vinte pessoas, sendo que destas 38,5% empregam até cinco pessoas.

Na pesquisa realizada em 2004,<sup>1</sup> o percentual de organizações que empregava até vinte pessoas era de 69%, ou seja, parece haver uma tendência de diminuição do quadro de pessoal empregado nas organizações associadas à ABONG, ainda que seja uma característica dessas organizações trabalhar com equipes relativa-

mente pequenas, quando se pensa no conjunto das atividades que realizam. Esta tendência também é captada quando analisamos os dados referentes às organizações com um número maior de trabalhadoras/es. Se em 2004 havia 6,8% de associadas com quadro de pessoal composto por 51 a 100 pessoas e 4,1% com mais de 100 pessoas, a pesquisa atual demonstra que esses valores caíram para 1,6% e 1,1% respectivamente.

Aqui surge o primeiro elemento que nos possibilita levantar alguns pontos do que consideramos ser uma possível dimensão da crise de sustentabilidade das organizações associadas da ABONG: a tendência de diminuição de seu quadro de trabalhadoras/es fixas/os.

Como veremos a seguir, tal diminuição não se dá em função de uma redução real do volume de recursos acessados, mas pelo fato de que as modalidades de financiamento acabam restringindo as condições institucionais para manter ou aumentar gastos com pessoal fixo, seja em função da temporalidade dos projetos financiados, seja em função das condicionalidades impostas. A isso se alia a diminuição da participação dos recursos da Cooperação e Solidariedade Internacional nos orçamentos das organizações.

Associada à imagem de que as organizações de defesa de direitos têm um contingente alto de trabalhadoras/es está a ideia de que tais organizações lidam com volumes de recursos muito altos. A primeira questão que surge é a própria definição dos parâmetros para auferir que tal ou qual quantia é alta ou baixa, suficiente ou insuficiente. Antes de ser uma questão de valor monetário, tal definição passa por uma valoração política e social do trabalho desenvolvido por estas organizações, uma posição ideológica que afirma e reafirma que tudo aquilo que é denominado como sendo da esfera do social (e do político não partidário) deve ser de baixo custo, dado que não é da ordem do produtivo, não gera lucro ou bens “materiais”.

Além disso, as ações das ONGs são destinadas às pessoas exploradas e oprimidas e em sociedades desiguais. Essas pessoas são consideradas “pessoas de outra categoria,” acostumadas - ou “merecedoras” - apenas daquilo que excede, que sobra na vida das minorias que exploram e oprimem.

A lógica capitalista que mercantiliza a vida se choca com a lógica das organizações de defesa de direitos, pois é uma impossi-

<sup>1</sup> Alguns ajustes tiveram que ser feitos em relação aos dados obtidos na pesquisa de 2004 para podermos realizar esta comparação neste Panorama.

bilidade política - e diríamos que também lógica - monetarizar o desenvolvimento de consciência crítica e de cidadania, a principal perspectiva que as associadas da ABONG têm nas suas ações, como foi apresentado no capítulo anterior.

Contudo, essa lógica dos custos financeiros tem sido a tônica em todos os debates sobre a sustentabilidade das associadas da ABONG. Mais do que isso, essa lógica marca, de modo ainda que sutil, muitos dos discursos do próprio campo, na medida em que nós mesmas/os terminamos por operar com um vocabulário impreciso de “grandes”, “médias” e “pequenas” ONGs, sem nos darmos conta de que métricas assim terminam por fraturar um campo político que tem suas desigualdades internas, advindas das desigualdades todas que estruturam a nossa sociedade, criando hierarquias e uma espécie de “lugares de chegada”. Lugares estes que funcionam como “modelos” de como uma organização de defesa de direitos deveria ser “quando crescer”. Pensamos que o desfazer dessas imagens e desses discursos deveria ser um dos pontos centrais do nosso debate sobre sustentabilidade, buscando reverter qualquer lógica que seja comparativa e que valore os nossos projetos políticos a partir de métricas externas e radicalmente opostas às nossas. Tal deslocamento evita o risco da prevalência de uma lógica concorrencial entre as organizações do campo em um momento de escassez de recursos de um certo tipo. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Ao analisarmos as faixas orçamentárias anuais verificamos que em 2008, 60,2% das associadas que responderam a pesquisa encontram-se na faixa de até 1 milhão de reais por ano. Em seguida, estão aquelas cujo orçamento anual está entre 1 milhão e 3 milhões com 30,6% dos casos. As demais faixas têm as seguintes distribuições percentuais: 8,4% com mais de 3 milhões até 6 milhões, 3,7% com mais de 6 milhões até 15 milhões e 1,9% com mais de 15 milhões anuais.

Quando comparamos esses dados com os de anos anteriores, ou seja, 2004 a 2007 (VER TABELA 05) encontramos pequenas variações, dado que o período é relativamente curto para mudanças substantivas, entretanto, nos chama a atenção o crescimento da faixa de até 1 milhão de reais por ano, que aumentou em quatro anos em torno de 25,9%. Ainda que este não tenha sido um cres-

cimento linear, podemos considerá-lo como um indicador significativo das faixas orçamentárias onde a chamada crise de sustentabilidade parece ser sentida com mais força. Além disso, as faixas orçamentárias seguintes - de mais de 1 milhão a 3 milhões - também crescem um pouco, enquanto as demais decrescem, excetuando-se a última, de mais de 15 milhões.

A análise das faixas orçamentárias também traz à tona a diversidade entre as organizações associadas à ABONG, na medida em que encontramos tanto organizações que têm recursos da ordem de mais de 15 milhões anuais, quanto organizações que têm recursos da ordem de menos de 10 mil reais anuais, ao mesmo tempo em que aponta para um traço forte que caracteriza as associadas da ABONG a partir daquelas que responderam a esta pesquisa. Este traço é a presença forte de organizações cujos orçamentos anuais estão nas faixas de 200 mil a 500 mil (18,5%), entre 500 mil reais e um milhão (23,1%) e entre 1 milhão e 2 milhões de reais (17,6%).

Compreender não apenas o que poderíamos chamar de grupo prevalente na ABONG, como também as organizações que se encontram mais afastadas deste grupo é fundamental para a criação de estratégias coletivas de superação da crise, reconhecendo as desigualdades internas que também nos caracterizam e assim fazendo esforços para que tais estratégias não ampliem essas desigualdades.

Quando cruzamos a região geográfica em que se localizam as associadas que responderam a esta pesquisa com as faixas orçamentárias, vamos encontrar alguma correlação apenas para as faixas orçamentárias que estão nas duas “pontas”, ou seja, nas faixas que vão de menos de 10 mil reais a 50 mil reais há uma prevalência das organizações do Nordeste, com 50% delas. Já nas faixas que vão de mais de 6 milhões a mais de 15 milhões, 66,7% estão localizadas no Sudeste.

Por outro lado, quando analisamos as organizações que afirmaram ter isenção da cota patronal - elemento muito significativo nos custos de uma organização - vemos que 61,7% se localizam na região Sudeste. E ao cruzarmos a isenção da cota patronal com as faixas orçamentárias percebemos que há uma relação entre ambas, já que nas faixas de até 1 milhão de reais/ano o percentual de quem tem isenção é de 33,4%. É importante salientar que apenas 18% das associadas que responderam a esta pesquisa tem esta isenção.

Se a leitura da evolução orçamentária em quatro anos não revela uma situação de crise financeira em termos dos volumes acessados, já que as variações já analisadas não são de grande porte, a leitura da composição do orçamento oferece pistas importantes para pensarmos os elementos que estruturam este momento.<sup>2</sup>

Para facilitar a construção da análise, iremos apresentar inicialmente as dinâmicas de composição do orçamento de 2007 por tipo de fontes, dado que esta análise requer uma comparação com os dados de 2003.<sup>3</sup> Seu eixo está nas mudanças com relação ao percentual de cada fonte na composição dos orçamentos das associadas, já que este movimento nos ajuda a compreender como mudanças importantes se processam e ainda que possam não representar uma perda direta de recursos, apontam para tendências fortes que têm impacto direto no modo como as organizações estruturaram seus cotidianos e suas lutas políticas. Esta análise se sustenta também na constatação histórica de que o modelo de gestão das organizações associadas à ABONG é reflexo de suas relações de parceria político-financeira com as agências de Cooperação e Solidariedade Internacional e parece ser este o modelo que efetivamente passa por uma crise.

Dessa forma, começaremos apresentando os dados relativos à Cooperação e Solidariedade Internacional. Em 2003, estes recursos se concentravam nas faixas percentuais mais altas, ou seja, havia 22,5% que tinham entre 61% a 80% dos seus orçamentos daí advindos e 35,2% que tinham de 81% a 100% do orçamento coberto pela Cooperação. Esta situação apresenta uma mudança muito significativa em quatro anos, pois nos orçamentos de 2007 a distribuição entre as várias faixas fica bastante equilibrada. Vejamos: 20,6% das associadas têm até 20% dos seus recursos vindos da Cooperação (em 2003 esse percentual era de 7%); 20,6% têm de 21% a 40% de seus orçamentos cobertos pela Cooperação; 18,5% têm de 41% a 60% dos seus recursos vindos desta fonte; 21,7% têm de 61% a 80% e 18,5% têm de 81% a 100% de recursos orçamentários originários da Cooperação e Solidariedade Internacional (VER TABELA 09).

2 Nesse caso particular utilizaremos os dados referentes a 2007, ao passo que nos outros casos, os dados utilizados são do orçamento de 2008.

3 Os dados do Perfil 2006 para esta questão tomam por base as informações referentes a 2003.

É bastante significativa, sob todos os pontos de vista, a movimentação que ocorreu em relação às duas faixas das pontas, o aumento na faixa menos de 20% e a diminuição na faixa que vai de 81% a 100%. Se, por um lado, essa mudança aponta para uma possível diminuição da chamada “dependência” dos recursos da Cooperação, por outro mostra que ela se deu num prazo muito curto. Isso provavelmente ocorreu sem que houvesse condições para um rearranjo das dinâmicas de gestão institucional, de modo a não comprometer a estabilidade das ações estruturais das organizações associadas.

Um outro aspecto que precisa ser melhor analisado é o fato de que essa mudança nos percentuais cobertos pela Cooperação e Solidariedade Internacional se deu sem grandes quedas no volume dos recursos acessados pelas associadas no mesmo período, como já apontamos. Ora, se assim o foi é porque as organizações passaram a captar mais recursos de outras fontes, de modo a, no mínimo, manter-se nos mesmos patamares. Entretanto, de acordo com os dados da pesquisa, a recomposição dos recursos para manutenção do mesmo patamar provavelmente se deu a partir de várias fontes e não através de substituições diretas. Destacamos a tendência dos recursos públicos federais a aumentar sua participação na composição dos orçamentos das associadas. Se nos orçamentos de 2003, 16,7% das associadas tinham de 41% a 100% de seus orçamentos vindos dos recursos públicos federais, em 2007 esse percentual sobe para 37,4%.

Ainda que as diferenças entre as amostras da pesquisa de 2004 e desta possam se refletir nos dados, não podemos deixar de destacar que o percentual de associadas que tinham de 81 a 100% dos seus orçamentos oriundos da Cooperação e Solidariedade Internacional e dos recursos públicos federais têm uma alteração muito significativa quando se compara os dois períodos. A participação das agências de Cooperação cai em 66%, enquanto a participação dos recursos públicos federais cresce 71%.

Um movimento semelhante, ainda que com números menores, parece acontecer com os recursos públicos estaduais, pois se em 2003 apenas 2,4% tinham de 41% a 100% dos seus orçamentos originários dos recursos públicos estaduais, em 2007 esse percentual é de 14,5%.

Outra fonte que apresenta uma tendência discreta de cresci-

mento é a das empresas, institutos e fundações empresariais. Aqui o movimento se dá especialmente na faixa que vai de 21% a 41% do orçamento, pois se em 2003 apenas 8,3% das associadas tinham a participação dessas fontes nesse patamar, em 2007 esse valor cresce para 21,3%. É interessante observar que esse crescimento se dá em paralelo à diminuição na faixa de menor participação, ou seja, até 20%, faixa que em 2003 comportava 78% dos casos e em 2007 passa a comportar 54,4%.

As demais fontes (Agências Multilaterais e Bilaterais; Comercialização de Produtos e Serviços; Contribuições Associativas; Recursos públicos municipais e doações individuais) mantêm seus patamares semelhantes no intervalo de tempo que analisamos.

Outras informações que corroboram tanto para a tendência à diversificação de fontes, quanto para uma alteração significativa no modo de relação com estas fontes é a análise comparativa entre os dados da pesquisa de 2004 e a atual no que se refere às novas fontes acessadas e às fontes com que a organização não conta mais.

Em 2008 há um crescimento no acesso de quase todas as fontes, com exceção da Cooperação e Solidariedade Internacional (que mantém os mesmos percentuais nos dois períodos analisados), das Agências Multilaterais e Bilaterais (que apresenta decréscimo bastante significativo de 9 pontos percentuais) e Comercialização de produtos e serviços que também permanece em patamares muito próximos àqueles do período anterior. Já as novas fontes acessadas que tiveram crescimento o fizeram em percentuais muito próximos (VER TABELA 07).

Com relação às fontes perdidas, em 2008 crescem os percentuais de perdas para todas elas. É importante esclarecer que todos os percentuais de acesso são maiores que o de perdas, à exceção das Agências Multilaterais e Bilaterais (VER TABELA 08).

Os dados sobre as fontes de financiamento das organizações associadas à ABONG em 2007, quando comparados com os dados das duas pesquisas anteriores – ampliando o período coberto por esta análise para sete anos – nos possibilita novos elementos para compreender a complexidade do que hoje temos nomeado como crise (VER TABELA 06).

O primeiro aspecto que chama a nossa atenção é a estabilidade da presença da Cooperação e Solidariedade Internacional como

fonte de financiamento das organizações. Os dados de 2000, 2003 e 2007 demonstram que 78% das associadas vêm contando com a Cooperação nesses sete anos. Ou seja, ainda que pese o movimento de saída de agências de Cooperação e Solidariedade Internacional que ocorreu nesse período, elas continuam sendo a base a partir da qual as associadas à ABONG se estruturam ainda que, como vimos acima, venha diminuindo o volume de recursos aportados. Um movimento de queda está presente apenas na Comercialização de Produtos e Serviços (uma das fontes dos chamados recursos próprios das organizações), pois se em 2000 ela estava presente em 46,4% das organizações, em 2007 esse percentual é de 38,7%.

Há um conjunto de fontes que apresenta movimentos instáveis, seja de crescimento ou de diminuição no período analisado. Aqui se localizam as Agências Multilaterais e Bilaterais, os Recursos Públicos Estaduais e as Contribuições Associativas. Ainda que os dados disponíveis não nos possibilitem condições para afirmações muito precisas, consideramos que a instabilidade das fontes é um elemento importante para o entendimento da crise de sustentabilidade e, conseqüentemente, para a construção de estratégias de superação da mesma, dado que fontes de financiamento instáveis representam riscos para as organizações. Além disso, as três fontes citadas têm dinâmicas muito distintas, portanto, não é possível uma estratégia única para diminuir os possíveis riscos.

Os Recursos Públicos Federais também apresentam um movimento instável. Vejamos: em 2000 45,4% acessaram essa fonte. Em 2003 o percentual cai para 36,6%; já em 2007 há um crescimento muito significativo que o aproxima da Cooperação e Solidariedade Internacional, pois 60,4% das associadas informam contar com esse tipo de recurso. Fizemos um destaque para essa fonte porque, diferentemente das acima mencionadas, sua presença como elemento de sustentabilidade das organizações é crescente tanto no que se refere ao número de associadas que a ela recorrem, quanto no que se refere ao volume de recursos envolvidos. Tais fatos acentuam os riscos para as organizações, reafirmando a necessidade urgente de modificações na legislação de acesso aos fundos públicos, de modo a deixá-los menos vulneráveis às políticas de governos e tornando-os efetivamente uma política de Estado.

As fontes que nos últimos sete anos têm apresentado uma

tendência crescente no financiamento das organizações associadas à ABONG são as Empresas, Institutos e Fundações Empresariais, os Recursos Públicos Municipais e as Doações de Indivíduos.

Com relação às duas primeiras, houve um aumento de quase 9 pontos percentuais em sete anos, sendo o crescimento maior no período 2003 - 2007, passando de 35,1% para 41,5%. É importante destacar que se tomarmos como referência a primeira pesquisa realizada pela ABONG com suas associadas, os dados referentes a 1993 indicam que apenas 3% delas acessavam recursos de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais, quadro que se modifica bastante em quatorze anos. Tal modificação tem implicações muito importantes que não são possíveis de serem aqui analisadas, pois se referem a mudanças de percepções e posições nos dois sujeitos envolvidos na relação. Contudo, em que pese o aumento da participação de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais na sustentabilidade das organizações de defesa de direitos, ela é direcionada a determinados tipos de ação e de sujeitos. Em relação a estes últimos, só encontramos correlações entre o acesso a esse tipo de financiamento nas organizações que dirigem suas ações para crianças, adolescentes e jovens e para professoras/es. E, conseqüentemente, as correlações com temas se fazem na educação, arte e cultura, comunicação e trabalho e renda.

Os recursos públicos municipais vêm mantendo um crescimento bastante estável. Em 2000, 22% das associadas acessavam esses recursos e em 2007 esse percentual sobe para 30,2%. Uma questão importante aqui se refere às possíveis causas das diferenças entre as dinâmicas do conjunto dos chamados recursos públicos, pois quais são os processos que fazem com que o acesso a recursos públicos municipais seja crescente e estável, enquanto o acesso a recursos estaduais e federais sofram oscilações? Não é possível, no escopo deste texto, aprofundar tal análise, mas levantamos três hipóteses: a) o volume de recursos municipais são, geralmente, menores que os estaduais e federais; b) a descentralização das políticas públicas faz com que haja mais oportunidades no âmbito municipal; c) as ações realizadas no nível local possibilitam relações mais articuladas entre os vários sujeitos envolvidos.

Por fim, as Doações de Indivíduos apresentam um crescimento bastante significativo, pois se em 2000 apenas 12,2% fazem menção

a esta fonte, em 2007 o percentual sobe para 42,2%. É possível inferir que, com o passar dos anos, as ações desenvolvidas pelas organizações de defesa de direitos tenham ganhado visibilidade e legitimidade na sociedade, o que é um aspecto muito positivo, parecendo indicar que há possibilidade de ações coletivas que potencializem esse crescimento. Mas vale a pena destacar que nessa pesquisa só encontramos correlação estatística entre doações de indivíduos e os temas educação, justiça e promoção de direitos e trabalho e renda, sendo que nos dois primeiros casos a correlação é mais forte. Desse modo, parece haver restrições ou direcionamentos muito determinados para esses recursos. Restrições e direcionamentos estes que são muito semelhantes àqueles encontrados nos recursos oriundos de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais.

É importante atentar para o fato de que as três fontes acima mencionadas, que apresentaram crescimento estável nesses últimos sete anos, localizam-se majoritariamente na faixa de até 20% do orçamento. No caso da Doação de Indivíduos, 90% dos casos se encontram nessa faixa. Ora, se por um lado a diversificação de fontes é um processo bastante positivo, não é possível pensar que apenas isso garantirá condições materiais de existência necessárias e suficientes para as organizações de defesa de direitos. Consideramos que análises mais acuradas sobre a relação custo benefício desse tipo de fonte são importantes para a sua compreensão na dinâmica da sustentabilidade das associadas à ABONG.

Trabalhamos também com uma sub-amostra composta por 24 organizações, que tiveram grandes perdas no orçamento no período de 2004 a 2008. Apesar de ser um percentual relativamente baixo do universo da nossa pesquisa, 22,2%, as informações trazidas por esta análise corroboram para o quadro das tendências e fatos de como a crise de sustentabilidade se dá no campo das associadas ABONG, já que as perdas são bastante significativas. 8,3% das organizações perderam até 30% de seus orçamentos entre 2004 e 2008; 50% perderam de mais de 30% a 50%; 29,2% perderam de mais 50% a 70% e 12,5% perderam de mais de 70% a 90% no mesmo período.

Buscamos várias possibilidades de recorrência que pudessem nos dar um perfil deste grupo que o distinguísse do conjunto maior das associadas. Não encontramos diferenciações significativas com relação a acesso ou perda de fontes, nem com a predomi-

nância de uma ou outra fonte na composição orçamentária. Tampouco encontramos alguma correlação com lutas, sujeitos a quem as ações são dirigidas ou mesmo com o tipo de perspectiva de trabalho. As únicas variáveis que apresentaram significados importantes foram a região onde se localiza a organização e a faixa orçamentária das mesmas.

Com relação à região, metade das organizações que compõem a amostra e que tiveram evolução negativa do orçamento se encontram na região Nordeste, 29,2% no Sudeste, 16,6% no Sul e 4,2% na região Centro-oeste.

Sobre as faixas orçamentárias, encontramos os mais altos percentuais de perda naquelas que vão até 1 milhão de reais ao ano, sendo 100% dos casos de perda de mais de 70% a 90%; 71,4% nos casos de perdas entre mais de 50% a 70% e 58,3% nos casos de perda de mais de 30% a 50% e 50% dos casos de menos de 30% de perdas.

Ou seja, ainda que a amostra não seja fortemente significativa, ela nos aponta indícios de que a crise de sustentabilidade no seu aspecto de perda de recursos atinge com mais força as associadas do Nordeste e aquelas com orçamentos de até 1 milhão de reais, organizações estas que pelo próprio volume de recursos com que trabalham têm, muito provavelmente, uma margem de ajuste de suas contas bem menor do que as organizações que operam com montantes maiores. Portanto, se formos analisar em termos de tendências de riscos, podemos inferir que as associadas que têm esse perfil são as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Olhando para os dados desse Panorama, constatamos a centralidade ocupada pela Cooperação e Solidariedade Internacional na configuração não só desse momento, mas também da própria estruturação das organizações de defesa de direitos.

A relação que criamos e que em muitos sentidos foi instituinte de nós mesmas/os - e em alguma medida das agências de Cooperação e Solidariedade Internacional - se pauta muito mais em uma parceria política do que em uma dependência de recursos. Parcerias políticas implicam não apenas compartilhar projetos de sociedade, mas também criação de modelos e estruturas institucionais e organizativas, em metodologias de trabalho, em perspectivas de intervenção. Compartilhar projetos políticos de transformação da sociedade traz também uma compreensão mútua sobre

o tempo que tais transformações requerem e tais tempos nunca são curtos, dado que as mudanças necessárias são profundas.

As associadas à ABONG tiveram - e ainda têm - seu lastro de sustentação na Cooperação e Solidariedade Internacional e assim sendo, seus modelos organizativos tendem a ser dinamizados de modo a responder aos requerimentos dessa relação que em geral são mais simples, flexíveis, com temporalidades maiores e com cobertura de um conjunto mais amplo de gastos institucionais. Podemos afirmar que a lógica da Cooperação e Solidariedade Internacional no Brasil foi marcada muito mais por um compromisso com as organizações do que com a execução de uma determinada ação.

Tal modelo funcionou bem durante um certo período, ainda que em termos históricos a velocidade das mudanças nessa relação seja de tal monta e com tantas variações que não permite nem uma mínima periodização. Dizemos que funcionou por um “certo período” porque há uma coincidência temporal, também política, entre a introdução do conceito e/ou dimensão de sustentabilidade na prática e discurso das organizações de defesa de direitos e a introdução, via agências de Cooperação e Solidariedade Internacional, de lógicas organizativas distintas daquelas com as quais as organizações operavam. Ou seja, o debate sobre sustentabilidade vem articulado, entre outras coisas, à construção de indicadores, medições de impacto, o PMA (planejamento, monitoramento e avaliação), além da tríade dos “Es”: eficácia, eficiência e efetividade. No mesmo movimento e para torná-lo prático são desenvolvidos incontáveis processos de capacitação para as áreas gerenciais das ONGs, junto com a aplicação de um sem número de instrumentos.

Na mesma sequência, os projetos elaborados pelas organizações passaram a incluir o chamado item sustentabilidade que sinteticamente trata do modo como uma dada ação poderá ser continuada caso os recursos que a financiam não mais estejam disponíveis.

É evidente que tais processos não se deram de modo abrupto, eles foram se constituindo e consolidando num jogo complexo de forças políticas que estavam para além do controle das agências de Cooperação e Solidariedade Internacional. Podemos, inclusive, afirmar que foi o campo político formado pelas agências e seus parceiros que foi afetado por mudanças nas sociedades e governos do Norte.

Ou seja, foram as estruturas e os projetos políticos institucionais que apostavam em processos de largo prazo e de transformações profundas, e não resultados imediatos, que passam a ser questionados a partir dos anos 2000.

Sabemos que não é tarefa simples ajustar estruturas - ainda mais quando as consideramos boas e coerentes com a nossa visão de mundo - e manter a ação sociopolítica funcionando. Como o compromisso forte das organizações de defesa de direitos é com os sujeitos com os quais trabalha e com a luta por criar consciência crítica e cidadania, a busca por recursos para manter as ações tem sido mais importante do que o debruçar-se sobre a gestão institucional de modo profundo. Desse modo, a captação de recursos terminou por ocupar um lugar central tanto na ação das ONGs, quanto da Cooperação e Solidariedade Internacional que a partir dos anos 2000 começa a oferecer um sem número de cursos e processos diversos com o objetivo de tornar as primeiras mais capacitadas para obter seus próprios meios de sustentação. Ocorre que um dos requerimentos para se fazer, dentro dos modelos propostos, uma boa captação, é ter uma equipe administrativa que possa se dedicar tanto à busca de novas oportunidades, quanto à gestão financeira de uma organização com fontes muito diversificadas. Ora, uma das orientações fortes do período em que o foco estava nas estratégias gerenciais foi exatamente a diminuição das equipes administrativas. Como resolver essa equação, ainda mais se pensarmos que no geral, as associadas à ABONG já têm equipes muito reduzidas?

A situação agrava-se mais ainda quando sabemos que a maior parte das fontes que podem ser acessadas têm lógicas de funcionamento muito diferentes daquelas da Cooperação e Solidariedade Internacional. Destacamos aqui duas delas: o tempo de duração dos projetos financiados (que na maioria dos casos é de um ano) e as imensas restrições dos recursos públicos, em todos os níveis, com relação a pagamento de pessoal e custos trabalhistas.

Há também a instabilidade e limites de certos tipos de fontes, como é o caso da venda de produtos e serviços. A maioria das organizações de defesa de direitos não geram “produtos vendáveis”, dado que suas perspectivas principais de trabalho são a formação de consciência crítica e cidadania e a promoção de justiça e direitos. As possibilidades daí advindas são pequenas e agrega-se a isto

o fato de que não há escala que possibilite a estas organizações investirem nesse tipo de ação, seja para baratear seus custos, no caso dos produtos, seja para manter as ações financiadas nos projetos e criar condições de vender serviços com uma equipe de até cinco pessoas, como é o caso de grande parte das associadas da ABONG.

Por outro lado, quando constatamos que os Recursos Públicos Federais tendem a ser uma das principais fontes para as organizações de defesa de direitos, não podemos deixar de marcar o traço de forte vulnerabilidade que esse processo traz, caso não sejam feitas mudanças substantivas nas modalidades de acesso a tais recursos. A duração dos projetos, as restrições aos gastos com pessoal fixo e gastos institucionais gerais, aliados à ênfase na execução de políticas públicas governamentais são, em muitos pontos, incompatíveis não só com os modelos institucionais que temos, mas principalmente com o que compreendemos como sendo organizações sustentáveis em suas dimensões financeira e política.

Talvez a questão que deveríamos nos colocar é: como, ou com que custos institucionais e políticos, temos conseguido manter os recursos captados nos mesmos patamares em quatro anos, com tantas fragilidades e equações improváveis. Uma resposta pode ser que a presença ainda forte da Cooperação e Solidariedade Internacional nos possibilita um lastro para que consigamos manter um mínimo de estrutura de pessoal, o coração do trabalho das organizações de defesa de direitos. Imaginando uma situação limite em que nos próximos dois anos toda a Cooperação e Solidariedade Internacional concluísse suas parcerias com as organizações brasileiras, poderíamos afirmar que a quase totalidade dos demais projetos que são financiados por outras fontes não se realizaria. Com isso, não estamos reforçando uma ideia recorrente de que as associadas à ABONG sejam dependentes dos recursos da Cooperação. Os recursos são necessários, mas não insubstituíveis. O cerne da questão está na estrutura e no modo de gestão da mesma, que reflete, como já dissemos anteriormente, uma concepção política do sentido de existência dessas organizações.

Desse modo, a crise de sustentabilidade experimentada pelas organizações de defesa de direitos se caracteriza menos pela escassez de recursos monetários e mais pela revelação da vulnerabilidade da própria estrutura institucional, ou ainda, do modo

de conceber e articular a nossa existência e a nossa ação para o mundo. O que precisamos pensar coletivamente são os formatos institucionais compatíveis com a tendência de diminuir nossas relações com a Cooperação, a relação que em grande medida nos possibilitou existir nos formatos atuais.

Que lógicas organizativas são necessárias para seguirmos tendo o que nos marca e distingue como organizações que lutam por transformações radicais na sociedade em contextos de fontes de financiamento diversificadas? Quais são as lutas políticas que deveremos fazer para criar condições mais igualitárias e justas de acesso aos recursos públicos? Que campo de luta devemos criar para incidir nos modos de acesso aos recursos de Empresas, Institutos e Fundações Empresariais? Como podemos, coletivamente, criar estratégias para diminuir os riscos das organizações que vêm tendo perdas de recursos financeiros mais que as outras?

Estas e outras questões talvez possam ser melhor respondidas com o deslocamento da lógica de entendimento da crise de sustentabilidade da escassez de recursos para a vulnerabilidade das estruturas organizacionais – que contém em si a dimensão da escassez de recursos financeiros – possibilitando não apenas enxergar a crise de uma perspectiva mais múltipla e complexa, como principalmente construir modos coletivos de superação que perdurem para além do momento atual, constituindo-se em um processo de fortalecimento político da nossa existência e do sentido da nossa ação.

ANEXOS - TABELAS

**TABELA 01 PRINCIPAIS LUTAS POLÍTICAS**

|  |       |  |
|--|-------|--|
| Educação   | 48,9% |  |
| Organização popular / Participação popular           | 33,8% |  |
| Relações de gênero                                   | 27,1% |  |
| Justiça e promoção de direitos                       | 23,3% |  |
| Meio-ambiente  | 21,8% |  |
| Saúde  | 20,3% |  |
| Fortalecimento de outras ONGs / Movimentos populares | 20,3% |  |
| Trabalho e renda                                     | 18,0% |  |
| Agricultura  | 15,0% |  |
| Economia solidária                                   | 12,8% |  |
| Arte e cultura                                       | 11,3% |  |
| Questões agrárias                                    | 8,3%  |  |
| Orçamento público                                    | 6,8%  |  |
| DST Aids   | 6,8%  |  |
| Segurança alimentar                                  | 6,0%  |  |
| Questões urbanas                                     | 6,0%  |  |
| Assistência social                                   | 6,0%  |  |
| Segurança pública                                    | 4,5%  |  |
| Discriminação sexual                                 | 3,8%  |  |
| Relações de consumo                                  | 3,8%  |  |
| Discriminação racial                                 | 3,8%  |  |
| Comunicação  | 3,8%  |  |
| Esporte  | 0,8%  |  |
| Comércio   | 0,8%  |  |

**TABELA 02 PRINCIPAL PERSPECTIVA DE TRABALHO**

|   |       |  |
|---|-------|--|
| Desenvolver a consciência crítica / Cidadania   | 82,0% |  |
| Transformar essas ações em políticas públicas   | 57,0% |  |
| Fortalecer as entidades e coletivos organizados | 53,1% |  |
| Solucionar problemas imediatos                  | 9,4%  |  |

**TABELA 03 SUJEITOS A QUEM AS AÇÕES SÃO DIRIGIDAS**

|   |       |  |
|---|-------|--|
| Organizações populares / Movimentos sociais | 54,8% |  |
| Mulheres                                    | 36,3% |  |
| Crianças e adolescentes                     | 32,9% |  |
| Jovens                                      | 28,8% |  |
| Trabalhadores rurais / Sindicatos rurais    | 21,9% |  |
| População em geral                          | 21,2% |  |
| Professores                                 | 13,7% |  |
| Outras ONGs                                 | 11,0% |  |
| Comunidades tradicionais                    | 6,8%  |  |
| Negros                                      | 4,8%  |  |
| Estudantes                                  | 4,8%  |  |
| Povos indígenas                             | 4,1%  |  |
| Gays lésbicas transexuais travestis         | 3,4%  |  |
| Portadores HIV                              | 2,7%  |  |
| Portadores de necessidades especiais        | 2,1%  |  |
| Moradores de áreas de ocupação              | 2,1%  |  |
| Trabalhadores urbanos / Sindicatos urbanos  | 1,4%  |  |
| População carcerária                        | 1,4%  |  |
| Terceira idade                              | 0,7%  |  |

**TABELA 04 TIPOS DE INTERVENÇÃO**

|                                 |       |  |
|---------------------------------|-------|--|
| Articulação política / Advocacy | 71,1% |  |
| Capacitação técnica/política    | 61,2% |  |
| Assessoria                      | 55,4% |  |
| Pesquisa                        | 24,8% |  |
| Prestação de serviços           | 23,1% |  |

**TABELA 05 ASSOCIADAS SEGUNDO O VALOR DO ORÇAMENTO POR FAIXA E ANOS (%)**

|                                | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  | 2008  |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Até 10 mil reais               | 2,10  | 1,00  | 2,00  | 1,90  | 2,80  |
| Mais de 10 mil a 50 mil        | 6,20  | 5,10  | 5,00  | 3,80  | 3,70  |
| Mais de 50 mil a 100 mil reais | 9,30  | 8,20  | 4,00  | 7,50  | 6,50  |
| Mais de 100 mil a 150 mil      | 2,10  | 2,00  | 3,00  | 1,90  | 1,90  |
| Mais de 150 mil a 200 mil      | 1,00  | 2,00  | 2,00  | 0,90  | 3,70  |
| Mais de 200 mil a 500 mil      | 11,30 | 15,30 | 17,80 | 17,90 | 18,50 |
| Mais de 500 mil a 1 milhão     | 23,70 | 24,50 | 18,80 | 21,70 | 23,10 |
| Mais de 1 a 2 milhões          | 18,60 | 20,40 | 24,80 | 20,80 | 17,60 |
| Mais de 2 a 3 milhões          | 9,30  | 6,10  | 6,90  | 8,50  | 6,50  |
| Mais de 3 a 4 milhões          | 4,10  | 4,10  | 3,00  | 3,80  | 6,50  |
| Mais de 4 a 6 milhões          | 5,20  | 3,10  | 5,00  | 3,80  | 1,90  |
| Mais de 6 a 9 milhões          | 1,00  | 4,10  | 2,00  | 2,80  | 2,80  |
| Mais de 9 a 15 milhões         | 3,10  | 1,00  | 3,00  | 1,90  | 0,90  |
| Mais de 15 milhões             | 1,00  | 1,00  | 1,00  | 0,90  | 1,90  |
| Sem orçamento (0,00)           | 2,10  | 2,00  | 2,00  | 1,90  | 1,90  |

**TABELA 06 COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO EM 2000, 2003 E 2007 (%)**

|   | 2000  | 2003  | 2007  |
|---|-------|-------|-------|
| Cooperação e solidariedade internacional      | 78,57 | 78,71 | 78,30 |
| Recursos públicos federais                    | 45,41 | 36,63 | 60,40 |
| Doações de indivíduos                         | 12,24 | 38,61 | 42,40 |
| Empresas, institutos e fundações empresariais | 32,65 | 35,15 | 41,50 |
| Comercialização de produtos e serviços        | 46,43 | 42,57 | 38,70 |
| Recursos públicos municipais                  | 22,45 | 27,23 | 30,20 |
| Contribuições associativas                    | 26,02 | 20,79 | 29,20 |
| Recursos públicos estaduais                   | 32,65 | 22,28 | 28,30 |
| Agências multilaterais e bilaterais           | 6,12  | 10,40 | 3,80  |

**TABELA 07 COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO ACESSADAS NOS PERÍODOS 2001-2004 E 2004-2008 (%)**

|   | 2001-2004 | 2004-2008 |
|---|-----------|-----------|
| Cooperação e solidariedade internacional      | 50,50     | 50,00     |
| Empresas, institutos e fundações empresariais | 37,13     | 43,00     |
| Agências multilaterais e bilaterais           | 10,89     | 1,80      |
| Comercialização de produtos e serviços        | 27,72     | 25,90     |
| Contribuições associativas                    | 11,39     | 30,50     |
| Recursos públicos federais                    | 37,13     | 17,50     |
| Recursos públicos estaduais                   | 26,73     | 41,70     |
| Recursos públicos municipais                  | 25,74     | 32,40     |
| Doações de indivíduos                         | 26,24     | 29,60     |

**TABELA 08 COMPARAÇÃO FONTES DE FINANCIAMENTO PERDIDAS NOS PERÍODOS 2001-2004 E 2004-2008 (%)**

|   | 2001-2004 | 2004-2008 |
|---|-----------|-----------|
| Cooperação e solidariedade internacional      | 17,24     | 24,10     |
| Empresas, institutos e fundações empresariais | 7,88      | 8,30      |
| Agências multilaterais e bilaterais           | 2,96      | 4,60      |
| Comercialização de produtos e serviços        | 1,48      | 2,80      |
| Contribuições associativas                    | 1,97      | 1,80      |
| Recursos públicos federais                    | 5,42      | 9,80      |
| Recursos públicos estaduais                   | 7,39      | 14,80     |
| Recursos públicos municipais                  | 6,90      | 10,20     |
| Doações de indivíduos                         | 2,46      | 3,70      |

**TABELA 09 FAIXAS DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO NO ORÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES (%)**

|   | até 20% | 21% a 40% | 41% a 60% | 61% a 80% | 81% a 100% |
|---|---------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Cooperação e solidariedade internacional      | 20,60   | 20,60     | 18,50     | 21,70     | 18,50      |
| Empresas, institutos e fundações empresariais | 57,40   | 21,30     | 12,80     | 4,30      | 4,30       |
| Agências multilaterais e bilaterais           | 83,40   | 16,60     | 0,00      | 0,00      | 0,00       |
| Contribuições associativas                    | 94,10   | 5,90      | 0,00      | 0,00      | 0,00       |
| Recursos públicos federais                    | 80,0    | 5,70      | 8,60      | 2,90      | 9,80       |
| Recursos públicos estaduais                   | 80,0    | 5,70      | 8,60      | 2,90      | 2,90       |
| Recursos públicos municipais                  | 71,40   | 14,30     | 11,40     | 0,00      | 2,80       |
| Doações de indivíduos                         | 90,90   | 0,0       | 2,30      | 2,30      | 4,50       |
| Comercialização de produtos e serviços        | 79,20   | 14,60     | 2,10      | 4,20      | 0,00       |

## CONSELHO DIRETOR (2006 a mar/2010)

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Aldalice Moura da Cruz Otterloo**  
*Instituto Universidade Popular (Unipop)*  
**José Antonio Moroni**  
*Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)*  
**Magnólia Said**  
*Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar)*

**Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia**  
*SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia*  
**Tatiana Dahmer Pereira**  
*Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)*

### DIRETORIAS REGIONAIS

#### AMAZÔNIA

AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO  
**Romeu Aloísio Feix**  
*Centro de Direitos Humanos de Palmas (Cdhp)*  
**Roseane Gomes Dias**  
*Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (Smdh)*

**CENTRO-OESTE DF, GO, MS, MT**  
*Sem diretoria*

#### NORDESTE I AL, PB, PE

**Ana Cristina Lima**  
*Coletivo Feminista (Cunhã)*  
**Célia Dantas Gentile Rique**  
*Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)*  
**Raimundo Augusto de Oliveira**  
*Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)*

#### NORDESTE II BA, SE

**Damien Hazard**  
*Vida Brasil-BA*  
**Hemilson de Castro Rodrigues**  
*Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese (CJP-BA)*  
**Maria de Fátima Pereira do Nascimento**  
*ELO Ligação e Organização*  
**Rosa Marinho**  
*Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (Gapa-Bahia)*

#### NORDESTE III CE, PI, RN

**Ilena Felipe Barros**  
*Centro de Educação e Assessoria “Herbert de Souza” (Ceahs)*  
**Lúcia Albuquerque do Carmo**  
*Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (Cdvhs)*  
**Narcizo de Souza Chagas**  
*Centro Dialogo (Dialogo)*

#### SÃO PAULO

**Antonio Eleilson Leite**  
*Ação Educativa*  
**Beloyanis Bueno Monteiro**  
*SOS Mata Atlântica*  
**Luana Vilutis**  
*Instituto Paulo Freire (IPF)*

#### SUDESTE ES, MG, RJ

**Adriana Valle Mota**  
*Nova Pesquisa e Assessoria em Educação (Nova)*  
**Eleutéria Amora da Silva**  
*Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)*

#### SUL PR, RS, SC

**José Edmilson Schnelo**  
*Centro de Estudos Bíblicos (Cebi)*  
**Mauri José Vieira Cruz**  
*Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)*



### EQUIPE ABONG

*Assistente de Diretoria*  
**Helda Oliveira Abumanssur**

*Administrativo*  
**Marta Elizabeth Vieira**  
**Wanderley Figliolo**

*Secretaria*  
**Kelly Cristina Vieira dos Santos**

*Comunicação*  
**Ana Maria Straube de Assis Moura**  
**Sálua de Paula Oliveira**

*Programa de Desenvolvimento Institucional e Relações Internacionais*  
**Isabel Mattos Porto Pato**  
**Isabel Junqueira**

*Escritório Brasília*  
**Lisandra Carvalho**

### PARTICIPARAM DESTA PUBLICAÇÃO

*Coordenação Editorial*  
**Taciana Gouveia**

*Elaboração do texto*  
**Taciana Gouveia**  
**Marcelo Daniliauskas**

*Tabulação dos dados*  
**Marcelo Daniliauskas**  
**Taciana Gouveia**  
**Verônica Ferreira (SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia)**

*Apoio*  
**Helda Oliveira Abumanssur**  
**Isabel Junqueira**  
**Isabel Mattos Porto Pato**  
**Jenifer Souza**

*Revisão final*  
**Isabel Junqueira**

*Construção do banco de dados*  
**Romano Venturini**

*Projeto Gráfico*  
**amatraca**

*Impressão*  
**Maxprint Editora e Gráfica Ltda**

*A Abong conta com os apoios de*

- Evangelischer Entwicklungsdienst (EED)
- Fundação Ford
- Organização Interclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco)
- Oxfam GB



**ABONG** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ORGANIZAÇÕES  
NÃO GOVERNAMENTAIS

Rua General Jardim, 660 . 7º  
Vila Buarque . São Paulo . SP  
Cep: 01223-010  
fone/fax: (55 11) 3237.2122  
e-mail: [abong@abong.org.br](mailto:abong@abong.org.br)  
[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)